



ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: EXTENSION OR COMMUNICATION?

Vanessa Goes Denardi¹

RESUMO

Este artigo pretende discutir acerca da abordagem (inter)ativa no ensino de Língua Portuguesa em contraposição à metodologia tradicional, ainda muito utilizada nas escolas brasileiras. Para tanto, toma-se como documento base o livro “Extensão ou Comunicação” (1983), do educador brasileiro Paulo Freire, vinculando aspectos próprios do ensino da língua materna para propor uma noção de comunicação como contrapartida de extensão, considerada pelo autor como uma “invasão cultural”. Busca-se, portanto, apresentar a melhor estratégia, focando na relação feita por Freire entre o método tradicional e a extensão, enfatizando a necessidade da comunicação para aproveitar e aprimorar o conhecimento prévio do aluno e, conseqüentemente, aperfeiçoar o ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Paulo Freire. Metodologia. Comunicação ou Extensão.

ABSTRACT

This article intends to discuss the interactive approach in teaching Portuguese as opposed to the traditional methodology, still widely used in brazilian schools. For this purpose, the book "Extensão ou Comunicação" (1983) by the brazilian educator Paulo Freire is used as a basic document, linking aspects of the teaching of the mother tongue to propose a notion of communication as a counterpart of extension, considered by the author as a "cultural invasion". The aim is to present the best strategy, focusing on Freire's relationship between the traditional method and extension, emphasizing the need for communication to take advantage of and improve the student's previous knowledge and, consequently, to improve teaching-learning

Keywords: Portuguese Language. Paulo Freire. Methodology. Communication or Extension.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em prática de ensino em Língua Portuguesa¹, devemos levar em consideração que o ensino implica conhecimentos, saberes específicos, trabalho constante e, sobretudo, uma atitude adequada tanto do professor quanto do aluno. Para esse processo de ensino, a comunicação é algo essencial. O aluno, ao ingressar em qualquer série, chega com um nível de comunicação e desenvolvimento que é substancial dentro do processo de aprendizagem da língua, e é a partir dessa bagagem prévia que é possível sistematizar certos métodos de ensino que instiguem esse sujeito a alcançar um nível mais avançado de conhecimento. Possenti (1997, p. 33) sugere que

para que um projeto de ensino de língua seja bem-sucedido, uma condição deve necessariamente ser preenchida, e com urgência: que haja uma concepção clara do que seja uma criança e do que seja uma língua. A melhor maneira de fazer isso, sem ter que passar por uma vasta literatura de psicologia e de linguística, é tornar-se um bom observador do que as crianças fazem diariamente ao nosso redor.

A família e a escola são os marcos onde basicamente se adquire e se desenvolve a linguagem da criança. É indiscutível o papel do ambiente familiar no acesso às primeiras etapas da linguagem, bem como é inquestionável a importância da escola, já que esta favorece as relações e interações necessárias para o desenvolvimento da comunicação interpessoal e, conseqüentemente, como e quando usar a linguagem. Assim, Geraldi (1997, p. 42) afirma que “estudar a língua é tentar detectar os compromissos que se criam por meio da fala e as condições que devem ser preenchidas por um falante para falar de certa forma em determinada situação concreta de interação.”.

Considerar a língua dentro de um marco amplo de formas de simbolização e o sistema alfabético como umas das formas de representação gráfica da língua, nos leva a pensar em situações que constituem ações pedagógicas:

A linguagem não é nem simples emissão de sons, nem simples sistema convencional, como quer um certo positivismo, nem tampouco tradução imperfeita do pensamento, vestimenta de ideias mudas e verdadeiras, como

¹ A partir desse momento, dar-se-á Língua Portuguesa pela sigla LP.

a concebe um pensamento idealista. Pelo contrário, é criação de sentido, encarnação de significação e, como tal, ela dá origem à comunicação (LEITE, 1997, p. 22 e 23).

Nesse sentido, a LP representa uma das diversas disciplinas que se interessam na fundamentação da aprendizagem da leitura e da escrita para melhor compreender e organizar o contexto no qual o aluno está inserido, já que a habilidade de ler e escrever está associada ao melhor transmitir. Assim, faz-se muito importante que os professores compreendam como esse processo é produzido, pois os trâmites de ensino-aprendizagem não se dão no vazio; fundamentam-se sobre as diferentes maneiras de construir o mundo do aluno e do professor. Todos os participantes da prática educativa levam para a sala de aula suas experiências e ideias e isso faz com que cada um confira um significado diferente ao trabalho que está sendo realizado. Por isso a comunicação entre professor e aluno é de extrema importância:

Reconhecer que a relação professor-aluno impregna a totalidade da ação profissional do professor implica reconhecer, também, que os professores necessariamente aprendem no contato com os alunos, e serão melhores professores quanto maior for sua capacidade para realizar essa aprendizagem. (CANÁRIO, 1999, p. 77 e 78)

Assim, cabe-nos perguntar: de que forma a língua está sendo ensinada nas escolas? Existe interação entre professores e alunos? Há comunicação ou extensão no ensino da Língua Portuguesa?

UMA QUESTÃO PRÉVIA: EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?

Em 1969, na obra “Extensão ou Comunicação”, Paulo Freire desenvolveu a tese sobre o dilema sociolinguístico entre esses dois termos, refletindo sobre o trabalho do agrônomo, como educador, nos anos 60 e 70 no contexto da reforma agrária no Chile. Para o autor, a extensão é o contrário da comunicação, pois busca converter o aprendiz em “coisa” ou objeto no processo de aprendizagem, negando-lhe a oportunidade de ser transformador de suas próprias relações com o mundo. A extensão se contrapõe também ao conhecimento, visto que nela o sujeito recebe o

conteúdo de forma passiva enquanto o outro a impõe, sem permitir-lhe reflexão ou análise.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1983, p. 16).

No trabalho de extensão, o extensionista faz com que o educando mude os conhecimentos associados à sua ação sobre a realidade (relação homem-mundo) e substitua suas formas de enfrentar o externo. Esse problema é, segundo o autor, gnosiológico, visto que as relações do homem-mundo, constitutivas do conhecimento humano, são afetadas a partir da extensão, pois ela tem implícita a ação de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ou seja, ressalta dentro de si uma conotação indiscutivelmente mecanicista. “O que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas” (FREIRE, 1983, p. 11).

Freire aprofunda as ideias acerca da comunicação e da extensão dizendo que o conhecimento não pode ser reduzido a simples relações de sujeitos com um objetivo a conhecer, mas que deve haver uma relação de intersubjetividade através da comunicação, já que todo o humano está inserido nos processos comunicativos.

A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico. Daí que a função gnosiológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo. A relação gnosiológica, por isto mesmo, não encontra seu termo no objeto conhecido. Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto. (FREIRE, 1983, p. 44).

É por isso que, para que haja um ato de conhecimento, é indispensável uma relação dialógica entre os sujeitos pensantes e sua respectiva coparticipação, ou, segundo as suas próprias palavras, “não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário” (FREIRE, 1983, p. 45).

Conseqüentemente, não é possível compreender o pensamento sem sua dupla função cognitiva e comunicativa. Essa comunicação não implica em uma simples extensão de conteúdos, ou seja, reproduzir conhecimentos a alguns sujeitos de forma vertical, pelo contrário, exige uma estrutura dialógica de sujeitos ativos que trocam significados em uma interrelação.

Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. A educação é comunicação, é diálogo¹, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1983, p. 46).

Para que isso aconteça de forma eficiente é necessário que exista entre os interlocutores conhecimentos mínimos semióticos, semânticos e linguísticos que permitam uma compreensão e, portanto, uma apreensão dos significados comunicativos. Para Freire (1983, p. 47),

a comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua "admiração" sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação.

Assim, a educação apresenta uma base lógica, dialética, histórica e gnosiológica através da comunicação, havendo uma ação transformadora, e nessa relação comunicativa não se deve perder a relação *pensamento-linguagem-contexto*. (FREIRE, 1983).

AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E/OU COMUNICATIVAS NO ENSINO DO PORTUGUÊS

Após a explanação sobre os termos “extensão” e “comunicação”, cabe-nos pensar essa teoria dentro da prática escolar no que tange ao ensino do Português. Nos últimos anos tem-se discutido sobre como proceder o ensino de LP desde a alfabetização até o término do Ensino Médio. A metodologia tradicional vigorou por muito tempo e ainda hoje é utilizada pelos professores que defendem um ensino pautado exclusivamente na ortografia, nas regras gramaticais e no uso das palavras primando pela sua forma e significado de acordo com a norma culta padrão. Esse ensino tradicional, portanto, nos parece bastante com o método de extensão abordado por Freire, em que a instrução baseia-se no aluno passivo e vazio, enquanto o professor é o possuidor do conhecimento, ocorrendo, assim, uma aprendizagem mecânica e antidialógica. Sobre os extensionistas, Freire afirma que

revelam, indubitavelmente, uma falsa concepção do como do conhecimento, que aparece como resultado do ato de depositar conteúdos em “consciências ocas”. Quanto mais ativo seja aquele que deposita e mais passivos e dóceis sejam aqueles que recebem os depósitos, mais conhecimento haverá. (FREIRE, 1983, p. 30).

Portanto, nas relações entre os educadores extensionistas e seus aprendizes não há lugar para o diálogo, para a experiência dialógica, para a participação. Em grande parte, os educandos são inseguros de si mesmos, “sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer.” (FREIRE, 1983, p. 32). Por outro lado, há muitas escolas e docentes que, inconformados com a padronização dos programas, buscam, na prática, um método mais comunicativo, primando pela troca de experiências com seus alunos e trabalhando a linguagem através da leitura ou da produção textual, o que leva o estudante a assumir criticamente a função de sujeito do discurso.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

A etapa escolar na vida de qualquer sujeito deve ser um período prático, pois é nela que todas as capacidades pré-desenvolvidas são testadas para a sua progressão na sociedade e de sua natureza para se relacionar com o outro. Para isso, é mister levar em consideração que a capacidade de se comunicar é uma das mais importantes, pois no transcorrer da formação e integração em sociedade, o sujeito se deparará com situações de comunicação complexas que envolvem a interpretação, produção de textos e diálogos através de sua experiência e conhecimento. É por isso que se faz tão importante que os alunos apropriem-se dessas capacidades, das formas de expressão, que as entendam e empreguem de maneira eficaz, que possam refletir sobre elas, precisando seu valor e efeito. É importante que os professores percebam que a linguagem é aprendida na prática e é alimentada da reflexão sistemática em torno das propriedades dos textos e da interação dialógica. Nesse viés, Possenti (1997, p. 36) afirma que

não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas. Essa afirmação fica quase óbvia se pensarmos em como uma criança aprende a falar com os adultos com quem convive e com seus colegas de brinquedo e interação em geral. O domínio de uma língua é resultado de práticas efetivas, significativas e contextualizadas.

No ensino do Português, a repetição de definições e de regras ortográficas, exercícios gramaticais, leitura e escrita são exitosos quando exercitados através de professores com práticas comunicativas, ou seja, que fazem papel de docentes-guia, e não por professores extensionistas que buscam impor o conhecimento sem considerar a bagagem do aluno.

Na medida em que a escola concebe o ensino da língua como simples sistema de normas, conjunto de regras gramaticais, visando à produção correta do enunciado comunicativo culta, lança mão de uma concepção de linguagem como máscara do pensamento que é preciso moldar, domar para, policiando-a, dominá-la, fugindo ao risco permanente de subversão criativa, ao risco do predicar como ato de invenção e liberdade. Por isso, na escola, os alunos não escrevem livremente, fazem redações, segundo determinados moldes; por isso não leem livremente, mas resumem, ficham, classificam personagens, rotulam obras e buscam fixar a sua riqueza numa mensagem definida. (LEITE, 1997, p. 24)

Parece-nos óbvio pensar que a disciplina de LP é fundamental pela organização de conteúdos substanciais que influenciam nas demais matérias, já que engloba a maior parte das metodologias pedagógicas utilizadas no espaço escolar, transformando-o, assim, em um local que constantemente oferece oportunidades de participação nas múltiplas práticas sociais da linguagem.

A utilização da linguagem para organizar as ideias e os conhecimentos adquiridos, e o fato de poder transmiti-los, é o que nos diferencia dos demais seres vivos. Reconhecemo-nos por ser a espécie cuja experiência faz com que busquemos um total conhecimento de nossa língua a fim de utilizá-la como ferramenta de superação em todos os aspectos da integração humana. Nesse sentido, Freire (1983, p. 61) salienta que “o homem, ao contrário do animal, cuja atividade é ele próprio, é capaz de exercer um ato de reflexão, não somente sobre si mesmo, mas sobre a sua atividade, que se encontra separada dele, como separado dele se acha o produto de sua atividade”.

A apropriação da língua é obtida através de exercícios e do bom uso do tempo, advinda de experiências individuais e coletivas que levam ao aluno à criticidade. Por isso, entre os objetivos principais da escola deve estar a preocupação com a ampliação da capacidade de comunicação e avaliação de informações em diversos contextos por parte dos estudantes, e que esse desenvolvimento seja apropriado a fim de resultar uma integração significativa.

Dessa forma, a aprendizagem linguística baseada na comunicação e não na extensão, faz com que os alunos tenham interesse em conhecer sua língua, permitindo, através dela, seu desenvolvimento como pessoas dentro de uma sociedade, despertando a iniciativa para participar de diálogos de forma independente, sabendo defender suas opiniões e crenças, respeitando o ponto de vista dos demais e subtraindo o que lhe parece bom para a construção de sua própria opinião crítica e reflexiva.

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que

pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 1983, p. 16).

Portanto, a defesa por uma prática comunicativa no ensino de LP é necessária. Não se pode mais admitir uma educação extensionista da língua, com aulas cansativas e sem razão para o aluno que, ano após ano, revê os mesmos conteúdos e termina seus estudos saturados da gramática normativa ou de conceitos linguísticos. Muitos entram na universidade desejando jamais voltar a dividir palavras em sílabas, encontrar um adjunto adverbial de modo, ou mostrar ao professor como se faz uma oração coordenada assindética. Não querem novamente ser torturados por uma escola que busca produzir gramáticos ao invés de comunicadores eficientes.

É perfeitamente possível aprender uma língua sem conhecer os termos técnicos com as quais ela é analisada. A maior prova disso é que em muitos lugares do mundo se fala sem que haja gramáticas codificadas e ensinadas. (...) Não faz sentido ensinar nomenclaturas a quem não chegou a dominar habilidades de utilização corrente e não traumática da língua escrita. (POSSENTI, 1997, p. 38).

É preciso haver mais comunicação e menos extensão para instruir os alunos a utilizarem a linguagem de forma imaginativa, livre e pessoal para construir a sua própria experiência; para que consigam relacionar seu pensamento com o que lhes oferecem, e para que fortaleçam o que trazem de casa e aprendam novos modos de comunicação. Nesse sentido, cabe ao professor o papel de guia, propondo o que é mais interessante para seus alunos, visto que alguns gostam mais de literatura e outros de gramática, e essa diversidade pode ser uma boa aliada no ensino de LP se utilizada como ação transformadora da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprendizado da LP implica a coordenação de múltiplas atitudes e funções, já que a linguagem pode ser vista a partir de diferentes óticas que utilizam diversas estratégias de informação e intervenção. O ensino-aprendizagem não é um fenômeno isolado; é simultâneo a outros progressos do aluno e do professor e é moldado através da comunicação. Por isso é necessário levar em consideração a tríade *pensamento-linguagem-contexto*.

Com embasamento teórico da obra de Paulo Freire, é possível compreender a importância de haver em sala de aula uma relação dialógica para pensarmos o ensino de português não como algo engessado nos moldes acadêmicos, mas sim como uma prática que constantemente deve ser atualizada para acompanhar a realidade tanto do professor, quanto do aluno. Sabe-se que, ainda hoje, o principal obstáculo para uma boa comunicação nas aulas de LP é a atitude impositiva e extensionista que vem sendo exercida em muitas instituições, fazendo-se necessário a construção de uma percepção diferente da educação e da prática pedagógica, mostrando que a sala de aula pode e deve ser comunicativa, além de um espaço de interaprendizagem, troca e construção mútua.

REFERÊNCIAS

CANÁRIO, Rui. O professor entre a reforma e a inovação. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. (Org.). **Formação do educador**: organização da escola e do trabalho pedagógico. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Seminários e Debates, v. 3).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (O Mundo, Hoje, v. 24). Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf . Acesso em: 19/08/2017.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley (org.) **O texto na sala de aula**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997. p. 39-46.

LEITE, Lígia C. M. Gramática e literatura: desencontros e esperanças. In: GERALDI, João Wanderley (org.) **O texto na sala de aula**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997. p. 17-24.

POSSENTI, Sírio. Sobre o ensino do português na escola. In: GERALDI, João Wanderley (org.) **O texto na sala de aula**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997. p. 32-38.